<p>JORNADA</p> <p>I <input type="text"/> → Clicar e digitar na jornada que o servidor está se aposentando, a quantidade de meses trabalhados.</p> <p>II <input type="text"/> → OBS: Informar separadamente cada jornada (EX.: I = 60 ou II=60, quando estiver aposentando somente na jornada I ou II. I = 40 e II = 20 quando estiver aposentando com 40 meses na jornada I e 20 meses na jornada II).</p>		<p>A PARTIR DE</p> <p><input type="text"/> → Clicar e digitar a data: dia / mês / ano, a partir da qual o servidor fica aposentado, de acordo com o tipo de aposentadoria.</p> <p><input type="text"/> → Clicar e digitar o número de AVOS/PERCENTUAL a que o servidor faz jus, para aposentadorias do tipo Voluntária Proporcional</p> <p>NOTA: Se o tipo de aposentadoria for: -POR INVALIDEZ a data será a informada no laudo médico de acordo com o D.P.M.E. -COMPULSÓRIA: A aposentadoria compulsória é automática, não dependendo de requerimento. No dia imediato à data em que completar 70 (setenta) anos o funcionário deve se afastar, mesmo sem publicação do ato de aposentadoria (L. 10.261/68 - Art. 224; Com. DAPE 1/72, D.O.E. de 29/01/72). -VOLUNTÁRIA: INTEGRAL/PROPORCIONAL, a data será a de publicação no D.O.E. da concessão da aposentadoria.</p>
<p>PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PARA DOCENTES (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO)</p>		
<p>OPÇÃO PARA CÁLCULO</p> <p><input type="text"/> → Clicar na seta e selecionar a opção do docente para o cálculo da média de carga suplementar / horária, se nos últimos: 60, 84 ou 120 meses.</p>	<p>TOTAL DE HORAS</p> <p><input type="text"/> → Clicar e digitar o total de horas mensais que o docente terá seus proventos calculados, apurados sobre o número total de horas que resultar da soma das horas de JORNADA, mais as horas de CARGA SUPLEMENTAR/HORÁRIA.</p>	<p>JORNADA</p> <p><input type="text"/> → Clicar na seta e selecionar qual a jornada de trabalho docente (no caso de titular de cargo, que o servidor estava cumprindo: 150-Básica (1) ou 120-Inicial (2), quando do pedido de aposentadoria, conforme consta na folha de pagamento da unidade, referente ao servidor.</p>
<p>CARGA SUPL./HORÁRIA</p> <p><input type="text"/> → Clicar e digitar a média de carga suplementar / horária apurada, de acordo com a opção para cálculo feita pelo docente, demonstrada no quadro de aulas, constante do processo PUCT.</p>		

<p>TOTAL DE PROVENTOS INTEGRAIS <input type="text"/> R\$ <input type="text"/></p> <p>TOTAL DE PROVENTOS PROPORCIONAIS <input type="text"/> R\$ <input type="text"/></p> <p>TOTAL DE PROVENTOS - MÉDIA LEI 10887/04 <input type="text"/> R\$ <input type="text"/></p>
<p>PROVENTOS INTEGRAIS Se o servidor optar pela aposentadoria integral, informar neste campo o somatório dos proventos</p> <p>PROVENTOS PROPORCIONAIS Se a aposentadoria for proporcional ao tempo de contribuição, informar neste campo o somatório dos proventos, proporcionalizados de acordo com o percentual a que faz jus</p> <p>PROVENTOS - MÉDIA LEI 10887/04 Se o servidor optou pela média, informar neste campo o valor obtido conforme dispõe a Lei 10.887/04 Obs: Informar apenas um dos campos</p>
<p>PUBLICAÇÃO D.O.E.: <input type="text"/> → clicar e digitar o dia/mês/ano, em que foi publicada no DOE a concessão da aposentadoria ao servidor</p>
<p>LOCAL: <input type="text"/> → Clicar e digitar o município a qual está vinculada a Unidade Administrativa</p> <p>DATA: <input type="text"/> → Clicar e digitar a data do preenchimento do ato de aposentadoria.</p> <p>ASSINATURA DO RESPONSÁVEL → Assinatura e carimbo do Diretor ou responsável.</p>
<p>PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PARA CARREIRA DELEGADO DE POLÍCIA DA SSP</p> <p>POR RESOLUÇÃO DA PRESENTE DATA. DGP/SSP, aos <input type="text"/> ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL</p> <p>AVERBADO EM <input type="text"/></p> <p>DDPE/DSD <input type="text"/> EM <input type="text"/></p> <p>RESPONSÁVEL → Assinatura e carimbo.</p>

DISCRIMINATIVO DOS VALORES DOS PROVENTOS (APLICAÇÃO DA LEI 10887/04)			
MÊS/ANO	REMUNERAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO	ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO	REMUNERAÇÃO ATUALIZADA
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<p>Clicar e digitar os meses e anos correspondentes a cada total de remuneração de contribuição</p>	<p>Clicar e digitar o valor total das remunerações que serviram de base de contribuição e anexar os devidos comprovantes</p>	<p>Clicar e digitar o índice de atualização conforme consta da Portaria do Ministério da Previdência Social (site:www.previden.ciasocial.gov.br)</p>	<p>Clicar e digitar o valor atualizado(multiplicação da remuneração total de contribuição pelo índice de atualização)</p>
<p>80% DAS MAIORES REMUNERAÇÕES <input type="text"/> R\$ <input type="text"/></p> <p>MÉDIA INTEGRAL <input type="text"/> R\$ <input type="text"/></p> <p>MÉDIA PROPORCIONAL <input type="text"/> R\$ <input type="text"/></p> <p>LIMITE CONSTITUCIONAL <input type="text"/> R\$ <input type="text"/></p> <p>80% DAS MAIORES REMUNERAÇÕES Informar neste campo, após a atualização, o somatório de 80% das maiores contribuições do período</p> <p>MÉDIA INTEGRAL Informar neste campo a média aritmética simples das 80% maiores contribuições do período</p> <p>MÉDIA PROPORCIONAL Informar neste campo o valor dos proventos, proporcionalizados(considerando-se como base para cálculo a média integral) de acordo com o percentual a que faz jus, quando for o caso</p> <p>LIMITE CONSTITUCIONAL Informar neste campo o valor do subsídio mensal - Inciso XI, Artigo 37 da Constituição Federal</p>			

DISCRIMINATIVO DOS VALORES DOS PROVENTOS		
DENOMINAÇÃO DAS PARCELAS	VALORES	DISPOSITIVO LEGAL
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<p>Clicar, digitar e discriminar a denominação das parcelas integrantes dos proventos.</p>	<p>Clicar e digitar os valores correspondentes a cada parcela discriminada</p>	<p>Clicar e digitar o dispositivo legal que embasou o recebimento das parcelas, que o servidor faz jus como inativo.</p>
<p>TOTAL DE PROVENTOS INTEGRAIS <input type="text"/> R\$ <input type="text"/></p> <p>TOTAL DE PROVENTOS PROPORCIONAIS <input type="text"/> R\$ <input type="text"/></p> <p>LIMITE CONSTITUCIONAL <input type="text"/> R\$ <input type="text"/></p> <p>PROVENTOS INTEGRAIS Informar neste campo o somatório dos proventos integrais</p> <p>PROVENTOS PROPORCIONAIS Se a aposentadoria for proporcional ao tempo de contribuição, informar neste campo o somatório dos proventos(considerando-se como base para cálculo o total dos proventos integrais), proporcionalizados de acordo com o percentual a que faz jus, quando for o caso</p> <p>LIMITE CONSTITUCIONAL Informar neste campo o valor do subsídio mensal - Inciso XI, Artigo 37 da Constituição Federal</p> <p>Obs: Informar o discriminativo dos valores dos proventos, somente se o servidor não optar pela média conforme dispõe a Lei 10.887/04</p>		

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
<p>ENDEREÇO: RUA/AV.: <input type="text"/> Nº: <input type="text"/></p> <p>COMPLEMENTAÇÃO: <input type="text"/> BAIRRO: <input type="text"/> CIDADE: <input type="text"/></p> <p>ESTADO: <input type="text"/> CEP: <input type="text"/> TELEFONE: <input type="text"/></p>	<p>Clicar e digitar, neste campo: Endereço residencial: rua/avenida, nº. Complementação: casa/bloco/apf, bairro, cidade, Estado, C.E.P e número de telefone do servidor.</p>
<p>CONTA BANCÁRIA</p> <p>BANCO: <input type="text"/> AGÊNCIA: <input type="text"/> C/C N.º: <input type="text"/> DIG.: <input type="text"/></p> <p>Clicar na seta BANCO Informar: 033 BANESPA OU 151 BANCO NOSSA CAIXA S.A.</p> <p>AGÊNCIA: Informar o número e denominação da agência bancária.</p> <p>C/C N.º: Informar o tipo e o número da conta bancária que o servidor possui na agência.</p> <p>DIGITO: Informar o dígito da conta bancária do servidor.</p>	
<p>LOCAL: <input type="text"/> → Clicar e digitar o município a qual está vinculada a Unidade Administrativa</p> <p>DATA: <input type="text"/> → Clicar e digitar a data do preenchimento do ato de aposentadoria.</p>	
<p>ASSINATURA DO RESPONSÁVEL → Assinatura e carimbo do Diretor ou responsável.</p>	

Instrução UCRH - 2, de 29-10-2004

Dispõe sobre os procedimentos relativos à concessão do abono de permanência, previsto no § 19 do artigo 40 da Constituição Federal de 1988, modificado pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19, publicada no D.O.U. de 31 de dezembro de 2003, bem como no § 5º do artigo 2º e § 1º do artigo 3º, ambos da referida emenda

A Responsável pela Unidade Central de Recursos Humanos, devidamente autorizada pelo Secretário-Chefe da Casa Civil, no Processo GG n.º 0552/2004 (Expediente PB n.º 101003/2003), expede a presente instrução, objetivando a padronização dos procedimentos administrativos, dos Órgãos Setoriais, Subsetoriais e de Pessoal das Secretarias de Estado, da Procuradoria Geral do Estado e das Autarquias do Estado, para aplicação do disposto no § 19 do artigo 40 da Constituição Federal de 1988, modificado pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19, publicada no D.O.U. de 31 de dezembro de 2003, bem como do disposto no § 5º do artigo 2º e § 1º do artigo 3º, ambos da referida emenda, que instituiu o abono de permanência equivalente ao valor da contribuição previdenciária, aos servidores que tenham completado as exigências para a aposentadoria voluntária ou que vierem a completá-las, pelo prazo que permanecerem em atividade.

1 Os Órgãos Setoriais, Subsetoriais e de Pessoal, mediante apresentação de requerimento (Anexo I) do servidor que preencha as exigências para a aposentadoria voluntária e tiver a certidão de liquidação de tempo ratificada e publicada em D.O.E., deverão preencher o Formulário (Anexo II), e enviá-lo ao órgão pagador, para as providências cabíveis à concessão do abono de permanência, previsto no § 19 do artigo 40 da Constituição Federal de 1988, modificado pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19, publicada no D.O.U. de 31 de dezembro de 2003, bem como no § 5º do artigo 2º e § 1º do artigo 3º, ambos da referida emenda.

2 A prova hábil necessária para comprovação das exigências para a aposentadoria voluntária é a certi-

dão de liquidação de tempo, ratificada e publicada no Diário Oficial do Estado, pelo Órgão de Recursos Humanos respectivo.

3 Na hipótese de acumulação remunerada, para os servidores que preencham as exigências para a aposentadoria voluntária em um ou nos dois cargos e/ou funções-atividades ocupados, os Órgãos Setoriais, Subsetoriais e de Pessoal deverão preencher um Formulário (Anexo II) para cada uma das situações.

4 Para os servidores que preencheram as exigências para a aposentadoria voluntária integral anteriormente à edição da Emenda Constitucional n.º 41/2003, ou seja, até 31/12/2003, a data a ser considerada para a concessão do abono de permanência é 01/04/2004.

O período de 01/01/2004 a 31/03/2004 não está sujeito à contribuição previdenciária, nos termos do § 6º do artigo 195 da Constituição Federal.

Assim, para os servidores que já foram contemplados pela isenção da contribuição previdenciária, nos termos da Lei Complementar n.º 943, de 23 de junho de 2003 e da Instrução UCRH n.º 001, de 21 de agosto de 2003, a data a ser considerada para a concessão do abono de permanência é 01/04/2004. Exclusivamente nesses casos ficam os servidores dispensados de apresentar novo requerimento.

5 Para os servidores que preencheram as exigências para a aposentadoria voluntária proporcional, vigente até 31/12/2003, a data a ser considerada para concessão do abono de permanência é 01/01/2004.

6 A partir de 01/01/2004, aos servidores que vierem a preencher as exigências para aposentadoria voluntária, a concessão do abono de permanência dar-se-á a contar da data em que vierem a completá-las.

7 O disposto nesta instrução não se aplica aos servidores sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

8 Esta instrução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/01/2004, ficando revogadas as Instruções UCRH n.º 001/2003, de 21, publicada em 22 de agosto de 2003, retificada em 26 de agosto de 2003, e Instrução UCRH n.º 001/2004, de 05, publicada em 06 de março de 2004.

ANEXO I

A que se refere a Instrução UCRH n.º 002, de 29 de outubro de 2004

Ilustríssimo(a) Senhor(a) _____

MD Dirigente do _____ (Órgão Setorial, Subsetorial e/ou de Pessoal) _____

_____ (nome) _____, RG _____,

_____ (denominação do cargo-efetivo/função-atividade- Lei 500/74/Extranumerário) _____,

do (Subquadro) _____, classificado(a) nesta _____ (Secretaria/PGE/Autarquia) _____,

tendo em vista já ter cumprido todos os requisitos para a aposentadoria com proventos _____ (Integrais/proporcionais) _____, optando em permanecer em atividade, requer à Vossa Senhoria, seja providenciada a concessão do abono de permanência, instituído pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19, publicada no D.O.U., de 31 de dezembro de 2003.

_____ (localidade/data) _____

_____ (assinatura) _____

VISTO.

_____ (assinatura do superior imediato/carimbo) _____

ANEXO II

A que se refere a Instrução UCRH n.º 002, de 29 de outubro de 2004
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

<p>FORMULÁRIO PARA O ABONO DE PERMANÊNCIA, INSTITUÍDO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 19, PUBLICADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003.</p>	
<p>IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR</p>	
<p>REGISTRO GERAL</p> <p><input type="text"/></p>	<p>NOME</p> <p><input type="text"/></p>
<p>RS/PV/EX</p> <p><input type="text"/></p>	<p>CARGO/FUNÇÃO ATIVIDADE</p> <p><input type="text"/></p>